

que o nível da atual campanha não corresponde a realidade da população que ambacia por uma proposta e programa de governo que efetivamente venha trazer modificações profundas, encenando de imediato sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou o pronunciamento em nome de Deus. E, para comutar, mandou que se lhe viesse entoado o Acto que deixou de falar, rubricada à apreciação plenária, aprovada unanimemente, para que produza os seus efeitos legais.

*Rui Belo*

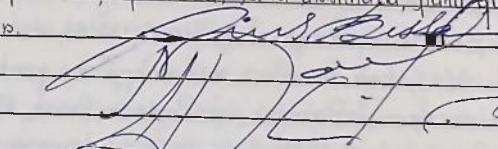
*W. J. C.*

*Regras condutoras*

Acto do Sétimo Reunião Ordinária, do Segundo Período Ordinário, do ano de mil e novecentos e cem e oito (1988), realizada no dia vinte e cinco de agosto do ano em curso.

No dezenove horas do dia vinte e cinco de agosto do ano de mil e novecentos e cem e oito (1988), sob a presidência do Senador Singimiro Corrêa de Souza, com a ocupação da presidência pelo Senador Mauro José de Aguiar - ba-doc, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada nominal os seguintes Senadores: Ann Costa Matheus dos Santos Corrêa, Dilley Pereira da Silva, Hermínio de Araújo Ramos, Lourenço número regimental, o Senhor Presidente, em exercício, declarou aberto o pronunciamento. Não havendo Acta comfeccionada para ser lida, nem Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado aos Tratados Imbidentes. Foi, nesse mesmo o Senador Dilley Pereira da Silva, iniciando sua fala, protestou pelo fato de que sistematicamente as Reuniões da Câmara não vinhiam sendo transmitidas pela Rádio Cabo Frio, embora o contrato estivesse vigente. Protestou também pelo fato de não estar sendo obedecido o horário para o início das Reuniões, o que considerava um desrespeito aos Senhores Vereadores. Disse também que o Presidente da Câmara, preocupada com sua reeleição, se omitia ante a dinâmica administrativa da Casa, o que na sua entender era uma impontualidade.

Abordou também a questão do atraso no duodécimo devido a Câmara Municipal, de responsabilidade do Senhor Prefeito Municipal, e mais, que estava enviando ofício ao Presidente da Corte, solicitando informações a respeito de tais irregularidades, pois a lei Orgânica dos Municípios estava sendo desrespeitada, ou pelo Prefeito ou então pela Presidência da Corte. Sobre que também que estava requerendo a Presidência Balancetes Municipais referentes a ponto administrativo, para sua obrigação legal, tais documentos estavam a disposição dos Vereadores Vereadores e mais, que os Vereadores não sabiam onde era gasto o duodécimo da Corte. Abordou questão relacionada com o débito existente para com os Vereadores, em torno de contas e setenta mil cruzados, e que tinha visto informado extra oficialmente que alguns Vereadores, protégidos do poder já teriam recebido tal importância, e seguir encobriam sua falta. Não havendo mais condutores imparciais e comentada a falta de querer para definir, o Senhor Presidente, em exercício encorajou a presente reunião e, para comentar mandou que no Poderia ento Ato que depois de lida, foi votada a aprovação plenária, aprovado, seria animada, para que produza os respectivos efeitos legais.

  
 Dr. Kraus  
Durante encontro Dr. Kraus

Ato da Sétima Reunião Ordinária  
 do Segundo Período Ordinário, do  
 ano mil e novecentos e oitenta  
 e oito (1988), realizada no dia trun-  
 ta de agosto do ano em curso.

No dezenove horas de dia trinta de agosto  
 do ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência do  
 Vereador Otávio Benno de Siqueira e, com a ocupação da presidência  
 secretaria pelo Vereador Octávio Raja Gabaglia, reuniu-se ordinariamen-  
 te à Câmara Municipal de Caxias do Sul. Além desses, responderam a cha-  
 mada minimal os seguintes Vereadores: Alcioneide Siqueira de Souza,